



*Erro de assessores da
Receita na elaboração
de texto do pacote fiscal
provoca polêmica*

MP mal redigida deixa tucanos em pé de guerra

Parlamentares criticam a desconfiança e a visão burocrática da equipe econômica

SÓCRATES ARANTES

DÁ para confiar em textos legais preparados por assessores estranhos aos quadros da Câmara ou do Senado? A velha dúvida de deputados e senadores encarregados de dar parecer em matérias enviadas pelo Executivo, em geral extremamente técnicas e complexas, voltou ainda mais forte depois que um pequeno erro redacional - o aumento da taxa de 10% para 20% dos fundos de renda variável - reacendeu uma crise política entre o PSDB e o presidente Fernando Henrique Cardoso.

O fato é que o deputado Roberto Brant (PSDB-MG) foi obrigado pela equipe econômica a usar, na elaboração do relatório sobre a Medida Provisória 1.602, assessores do quadro da Receita Federal e não os da Assessoria Legislativa da Câmara ou a assessoria técnica do PSDB. E aí surgiu o "quiprocó".

A deputada Yeda Crusius (PSDB-RS) não tem dúvida: "Se o relator Brant tivesse podido usar a assessoria técnica do partido, esse problema não teria surgido. Os assessores legislativos da Câmara também são muito bons, necessários e possuem uma excelente técnica de redação. No momento em que não puderam participar, é claro que alguma coisa tinha que sair errada". A deputada fala com a autoridade de quem foi relatora do Fundo de Estabilização Fiscal - emenda constitucional aprovada este ano - e de quem é coordenadora das assessorias parlamentares dos tucanos na Câmara.

Crusius revela que, no caso da MP 1.602, o texto foi dividido entre duas equipes: uma da Câmara, para os dispositivos que não eram polêmicos ou que não sofreriam modificações; e uma da Receita, exatamente para os artigos que iam mudar. E foi justo num destes - o parágrafo 9 do art. 28 - que nasceu o imbróglio entre os tucanos e a equipe econômica, respingando no próprio Presidente da República.

Ranço - A desconfiança da equipe econômica não só com os parlamenta-

res, mas com a assessoria legislativa deles, é combatida com veemência pela deputada Yeda Crusius. "Nossos assessores podiam ter varado a noite verificando todas as possibilidades e não deixariam passar erros grosseiros como aquele. Os assessores da Câmara e do Senado têm competência técnica e, além disso, possuem lealdade e orgulho pelo seu trabalho, que tem produzido os melhores relatórios técnicos dos últimos tempos, como o FEF, por exemplo", elogia a parlamentar.

Crusius acredita que se formou um vício de relacionamento entre o Executivo e o Legislativo, que se reflete também na distância e na falta de comunicação entre as duas assessorias. Como deputada, ela reconhece a competência dos assessores do Executivo, mas em contrapartida diz que eles possuem defeitos como "a visão tecnocrática" e o "ranço burocrático".

Cachimbo - O secretário-geral do PSDB, Arthur Virgílio Neto (AM), acha que não existe problema em Roberto Brant se assessorar por técnicos da equipe econômica, em razão da complexidade do assunto e da necessidade de sigilo. Não que ele não encontre essas qualidades na assessoria da Câmara, mas até para tranquilizar os ministros Pedro Malan e Antônio Kandir de que não haveria vazamentos. "Não foi maldade, mas é o uso do cachimbo que faz a boca torta", diz Virgílio Neto, querendo mostrar que às vezes o vício é maior que a boa vontade. "A equipe econômica como um todo elaborou em grave equívoco", generaliza o deputado tucano.

Já o relator da MP que alterou o Imposto de Renda e outros tributos, Roberto Brant, prefere não comparar o trabalho das duas assessorias e atribui tudo a "um equívoco de boa fé" ou no máximo a "uma negligência". Brant reconhece que houve um erro dos assessores e até defende os ministros da área econômica. "Eles foram iludidos por este dispositivo. Foi à revelia deles", absolve Brant.